

Comissão dos Direitos Humanos é reativada

CORREIO BRAZILENSE

O Ministério da Justiça reativará, a partir de dezembro, a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), instalada no governo passado, cujos trabalhos serão amplamente divulgados pela Empresa Brasileira de Notícias, Radiobrás e imprensa oficial. A decisão será anunciada na próxima semana pelo ministro Fernando Lyra, segundo adiantou ontem o seu secretário-geral, José Paulo Cavalcanti, na sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Conforme José Paulo, a CDDPH voltará inteiramente modernizada, com seções públicas. "Os instrumentos que eram usados para fingir que havia democracia, agora serão realmente acionados. É o feitiço virando contra o feitiço", salientou.

O secretário do Ministério da Justiça foi levado à CNBB pelo recebimento de 336 cartas, em dois dias enviadas pela Associação Cristã para a Abolição da Tortura (ACAT) da França, sobre o assassinato da irmã Maria Adelaide Melinar, ocorrido em 14 de maio último, na rodoviária do município de Eldorado, próximo de Marabá (PA). As cartas apontam como virtual responsável Edmundo Virgulino.

Boa parte da violência decorre da sensação de impunidade dos autores. Achamos que na medida em que o fato for público os autores da violência terão um pouco mais de receio em praticá-la — observou José Paulo.

Segundo José Paulo, a ação da Polícia Federal é limitada pela Constituição vigente. Nas questões de violência no campo o Ministério, através da Polícia Federal, só pode intervir quando solicitado pelos Estados. Entretanto, se o problema for demasiadamente grande o órgão não tem estrutura.

Observamos — acrescentou — que quanto mais o conflito se afasta da capital, menos presente se fazem as forças policiais do Estado. Talvez não fosse exagero dizer que elas ficam com demasiada frequência à disposição das oligarquias políticas locais.

23 OUT 1985
DENÚNCIA

José Paulo Cavalcanti recebeu de dom Luciano uma nova denúncia de violência no meio rural. Dessa vez, em Coroatá, nos povoados de São João das Neves, Entronçamento e Leite, Estado do Maranhão. Em São João das Neves, onde moravam 180 famílias, 145 foram expulsas e o restante está sob ameaças. Segundo dom Luciano, parece que a responsabilidade é da firma Igarapé Engenharia, que opera em benefício da empresa Hermolin, do Rio de Janeiro e de outras firmas.

De acordo com o Bispo estas áreas estão destinadas à desapropriação pelo Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário. "O problema — disse ele — que se coloca é a extrema necessidade das famílias que estão vivendo na periferia do Coroatá".